

A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de Inspiração Marxiana*

Jane Cruz Prates**

Suponhamos que o homem é homem e que é humana a sua relação com o mundo. Então o amor só com amor se poderá permutar, a confiança com a confiança, etc. Se queremos apreciar a arte temos de ser pessoas artisticamente cultivadas; se queremos influenciar outras pessoas importa que sejamos pessoas com efeito verdadeiramente estimulante e encorajador sobre os outros. Cada uma das nossas relações ao homem e à natureza deverá ser uma expressão específica, que corresponda ao objetivo de nossa vontade, da nossa vida real individual... (Karl Marx – *Manuscritos de Paris* – III Manuscrito).

Muito tem-se questionado no âmbito do Serviço Social acerca da necessidade de darmos maior visibilidade ao conjunto de estratégias utilizadas para operacionalizar a sua intervenção na realidade social, pelos profissionais que a orientam por uma concepção dialético crítica.

É necessário reconhecer que, apesar do volume significativo e qualitativo de produções contemporâneas na área do Serviço Social, produzidas a partir desta perspectiva nos últimos anos, poucas têm tido as preocupações em tratar mais especificamente sobre este eixo da práxis profissional, talvez até mesmo por interpretar o conjunto de instrumentos e técnicas como elementos que compõem o método enquanto unidade dialética, como estratégias de mediação.¹

Primeiramente é importante localizar o Serviço Social como uma disciplina inserida na divisão sociotécnica do trabalho, que se caracteriza por não intervir ou produzir conhecimentos sobre um território específico, como no caso do Direito, da Psicologia ou da Sociologia, mas que se propõe a interpretar e agir nas tramas das relações sociais, o que envolve e articula múltiplos territórios e conhecimentos, complexificando-o por um lado, tornando talvez mais difícil dar visibilidade ao seu processo de produção específica, mas, ao mesmo tempo, aproximando-o da realidade concreta que não fragmenta unidades como sujeitos ou grupos.

Partir de uma concepção que vê a realidade e os sujeitos sociais que a constituem e por ela são constituídos como unidades dialéticas, pressupõe uma nova forma de olhar, tratar e utilizar os instrumentais.

Apesar de reconhecermos o Serviço Social como uma disciplina interventiva e, conseqüentemente, ser impossível negar a importância de um conjunto de estratégias que dêem conta deste processo de intervenção, é preciso demarcar que na perspectiva dialético-crítica a centralidade é atribuída à finalidade e não ao instrumental em si.

* O presente texto foi apresentado, originalmente, de forma integral, porém com algumas complementações, na Tese de Doutorado da autora que consta nas Referências.

** Jane Prates é Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUCRS, Professora da FSS/PUCRS, pesquisadora do Laboratório Internacional de Estudos Sociais – Labinter e Coordenadora de Projetos da Secretaria Municipal de Captação de Recursos e Cooperação Internacional – SECAR/ PMPA.

¹ Sobre este tema são importantes as contribuições de Pontes (*Mediação e Serviço Social*. Cortez, 1995) e Martinelli (Um novo olhar sobre os instrumentais em Serviço Social. Revista *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 45, 1994; e *Notas sobre mediações*. Mimeo, 1993; este último utilizado como base norteadora para a elaboração do presente texto).

Ora, Marx já criticava, nas *Teses sobre Feuerbach*,² os filósofos de sua época, dizendo que não bastava interpretar o mundo de diferentes maneiras, mas sim transformá-lo e, ainda, que “é na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento”. Logo, parece irônico reduzir uma metodologia fundamentada na obra marxiana a simples, ou mesmo complexa análise da realidade, sem considerar o aspecto interventivo, movimento necessário para sua transformação, conforme apontava o próprio Marx.

No entanto, como bem expressa Neto,³ é preciso analisar com profundidade as contradições que se ocultam ou se fetichizam na realidade, superando a pseudoconcreticidade para propor uma intervenção que tenha alcance e efetividade. E, falar em análise de realidade como primeiro, constante e contínuo movimento significa interpretá-la a partir da totalidade com suas múltiplas e articuladas determinações, que envolvem aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos.

Analisar, interpretar em conjunto com os sujeitos usuários a realidade da qual somos parte já constitui processo interventivo.

Somente a partir de uma análise conjunta podemos ressignificar espaços, pensar coletivamente alternativas de enfrentamento, redescobrir potencialidades, associar experiências, buscar identificações, dar visibilidade às fragilidades para tentar superá-las, desvendar bloqueios, processos de alienação, revigorar energias, vínculos, potencial organizativo, reconhecer espaços de pertencimento.

E esta análise, realizada pelo processo de reflexão, seja ela com sujeitos ou grupos, não pode ser descontextualizada, muito menos aprisionada em leituras estáticas ou atomizadas que não contemplam o movimento constitutivo do próprio sujeito e do real. Portanto a análise deve ser processo dinâmico, permanente, durante toda a intervenção.

Muito mais relevante, nesta perspectiva, do que sugestões para bem realizar uma entrevista, importa a qualidade das cadeias de mediação de que dispomos para provocar processos reflexivos. Portanto, o conhecimento acerca da realidade estrutural e conjuntural, as formas de alienação, as refrações da questão social no cotidiano da população usuária, a expressão dos sujeitos em suas lutas contra-hegemônicas, o conhecimento de recursos sociais, dos direitos sociais, das redes ou espaços de articulação e organização da população usuária, o conhecimento de dados sobre sua existência, consciência e vida social, do significado atribuído pelos sujeitos a seu viver histórico, os seus valores, sua cultura, dão consistência as mediações que poderão ser construídas historicamente na relação, e somente na relação, com os sujeitos, sejam eles usuários ou técnicos que compõem nossa equipe de trabalho.

Na verdade o materialismo, como explicita Martinelli,⁴ não dispõe de um conjunto específico e exclusivo de instrumentos e técnicas, utiliza sim preferencialmente o instrumental técnico criado pela ciência, privilegiando o acesso a explicações categoriais, logo, priorizam-se as técnicas coletivas tais como as reuniões, as assembléias, os seminários, as negociações, sem contudo negar a importância de intervenções no plano individual. E ressalta Martinelli que são priorizados os instrumentos, recursos e técnicas que conduzam às suas finalidades, iluminados por sua intencionalidade.

² MARX, K. *A ideologia alemã*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993, p.12.

³ NETO, Paulo. Palestra CFESS, Encontro Nacional de Assistentes Sociais, nov. 1997.

⁴ Martinelli. *Notas sobre mediações*. Mimeo, Material utilizado no Curso de Mestrado em Serviço Social da PUCRS. Porto Alegre, 1993.

A relevância dada às estratégias coletivas de intervenção deve-se ao reconhecimento da efetividade da dinâmica grupal, da possibilidade mais significativa de desenvolver processos sociais a partir de identificações entre sujeitos que vivenciam situações similares, de fortalecer alternativas de organização e enfrentamento conjunto, de possibilitar processos de mútua ajuda, partilha de sofrimentos e estratégias de superação, cooperação, solidariedade, veiculação de informações.

Apenas para referenciar um exemplo, retomaremos uma mediação por nós realizada em uma creche comunitária localizada em vila periférica de Porto Alegre.⁵ Verificávamos sistemáticas queixas por parte das mães que tinham seus filhos na creche comunitária quanto à forma de trabalho realizada pelas crecheiras. Objetivando fortalecer a solidariedade entre mães trabalhadoras e trabalhadoras da creche, em uma reunião de pais questionamos uma componente do grupo de mães quanto a sua atividade de trabalho, perguntando o que fazia. Respondeu-nos que trabalhava como faxineira. Perguntamos como seria se tivesse que realizar uma limpeza apenas utilizando água e sabão e acrescentamos ainda tratar-se de um espaço amplo com muitas peças, bastante sujo e que deveria ser limpo em apenas um dia, em horário ininterrupto. A usuária sorriu dizendo ser muito difícil realizar a tarefa, explicou que havia produtos de limpeza, citando com entusiasmo vários nomes de produtos que facilitariam o processo.

Questionamos em seguida sobre como seria se contasse com os produtos que havia referido e pudesse ter o auxílio de outra trabalhadora, horário para descanso e maior prazo para realizar a tarefa. Assentiu reconhecendo que seria melhor, mais produtivo, além de mais agradável.

Mediamos sua reflexão com as condições de trabalho das trabalhadoras da creche que não dispunham de material pedagógico adequado, auxiliares para o cuidado das crianças, trabalhavam 14 horas sem descanso, além de desempenharem atividades em casa, com filhos, casa, roupa, como as demais mães que utilizavam a creche, o que as desgastava e conseqüentemente desqualificava o trabalho que dedicavam às crianças.

O grupo a partir da reflexão conjunta, que tomava como referência o seu cotidiano, pode solidarizar-se com as outras trabalhadoras e passaram, ao invés de simplesmente queixar-se de que os filhos voltavam desarrumados ou com as mãos sujas, a pensar conjuntamente alternativas de possibilitar melhores condições para trabalhadoras e crianças.

Mais do que técnicas grupais específicas, sem ter a intenção de desvalorizá-las, porque são úteis se complementares à dialética grupal, utilizamos uma mediação iluminada por nossa finalidade e intencionalidade, com base na reflexão coletiva e no diálogo, partindo da realidade concreta dos sujeitos usuários, de suas práticas sociais, buscando a superação do aparente, por novas leituras e totalizações.

No entanto, privilegiar determinadas estratégias de abordagem não significa recusar a utilização de outras formas tais como a entrevista, ou a visita domiciliar, ou mesmo a utilização de um recurso social como por exemplo uma cesta básica.

A simples distribuição do recurso não caracteriza uma intervenção profissional; no entanto, existem situações em que é necessária a utilização de um recurso desta ordem, o que não dispensa o profissional de estabelecer vínculos, provocar reflexões, realizar mediações ou o apoio social.

⁵ Prates, Jane Cruz. *Gestão estratégica de instituições sociais: o método marxiano como mediação do projeto político*. Dissertação de Mestrado. FSS-PUCRS, Porto Alegre, 1995.

Referindo-se à necessária condição humana e histórica para a transformação, dizem Marx e Engels:⁶

[...] somente é possível efetuar a libertação real no mundo real e através de meios reais... não se pode superar a escravidão sem a máquina a vapor... nem a servidão sem melhorar a agricultura... não é possível libertar os homens enquanto não estiverem em condições de obter alimentação, habitação, vestimenta, em qualidade e quantidade adequadas. A libertação é um ato histórico e não um ato de pensamento e é efetivada por condições históricas [...].

Sem dúvida, ao realizar-se, por exemplo, uma visita domiciliar, não serão observadas apenas as condições de vida dos sujeitos, mas procurar-se-á em apreender o seu modo de vida, expresso no cotidiano de sua vida familiar, comunitária, no seu trabalho, nas relações que estabelece, no significado que atribui a estas relações, na sua linguagem, representações, com vistas sempre à construção de novas sínteses.

Para conhecer “modo de vida”, diz Martinelli:⁷ “[...] temos que conhecer as pessoas [...] E onde o sujeito se revela? No discurso e na ação. [...] Conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o conhecimento de sua experiência social”.

Numa entrevista, por exemplo, ao buscarmos conhecer a história de vida dos sujeitos usuários, privilegiaremos não uma reconstituição cronológica, mas a história a partir de fatos significativos, contextualizados, na tentativa de realizar o que Lefebvre⁸ chama de movimento de “detour”, um retorno ao passado que, reencontrado e reconstruído por sucessivas reflexões, volta mais aprofundado, libertado de suas limitações, superado, no sentido dialético.

A questão do estabelecimento de vínculos, de um ambiente de confiança e respeito pelos sujeitos, é necessária para que o processo possa se constituir, para que se estabeleçam o diálogo e a reflexão.

Diferente de um monólogo, onde só o profissional detém o poder, o saber, a receita para a solução dos problemas, o conselho certo ou o plano mais indicado, dialogar, como esclarece Paulo Freire, pressupõe reconhecer que o outro tem algo a dizer, resultado do que chama de um “saber feito” de fundamental importância. Em um trecho de *Pedagogia do oprimido*, questiona Freire:⁹

Como posso dialogar, se alieno a ignorância, isto é, se a vejo sempre no outro, nunca em mim? Como posso dialogar, se me admito como um homem diferente, virtuoso por herança, diante dos outros, meros “istos”, em que não reconheço outros eu? [...] A auto-suficiência é incompatível com o diálogo. Os homens que não tem humildade ou a perdem, não podem aproximar-se do povo. Não podem ser seus companheiros de pronúncia do mundo. Se alguém não é capaz de sentir-se e saber-se tão homem quanto os outros, é que lhe falta ainda muito que caminhar, para chegar ao lugar de encontro com

⁶ Marx e Engels. *A ideologia alemã*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 65.

⁷ MARTINELLI, Maria L. *O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social*. Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade, n. 1, 2. ed. São Paulo: PUCSP, 1994, p. 13.

⁸ LEFEBVRE, Henry. *Sociologia de Marx*. Rio de Janeiro: Forense, 1966.

⁹ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 95.

eles. Neste lugar de encontro, não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam saber mais.

É importante acreditarmos, apesar das adversidades estruturais e conjunturais, nas possibilidades de luta contra-hegemônica ou expressões de resistência dos sujeitos sociais, especialmente diante de uma realidade cada vez mais excludente e assustadora, interpretada pelos paradigmas da crise com um negativismo paralisante que expressa o absoluto ceticismo quanto às possibilidades humanas de transformação.

E a transformação, segundo Freire,¹⁰ “[...] antes que um problema de métodos e técnicas, é o estabelecimento de uma relação diferente com o conhecimento e a sociedade”.

Temos a clareza de que não é negando ou desconhecendo a realidade que podemos modificá-la, mesmo porque precisamos conhecer profundamente aquilo que queremos transformar, identificando espaços, relações de poder, possibilidades de alianças, reconhecendo o caráter político de nossa ação profissional. Segundo Diego Palma,¹¹

A institucionalização democrática não representa um jogo de cartas marcadas, no qual as classes subordinadas estão, desde o início, fatalmente condenadas a perder. Ao contrário, [...] se trata de uma arena contraditória, dinâmica, onde se abrem e fecham espaços e alternativas segundo as iniciativas – sempre relacionais e opostas dos sujeitos coletivos que nela se encontram e confrontam. Jogar este jogo, ganhar forças para apoiar o próprio projeto, debilitar a vigência do projeto contrário, ampliar e controlar espaços – isto é fazer política.

Mesmo aqueles segmentos mais excluídos podem nos surpreender ressignificando espaços e reencontrando forças para lutar por seus direitos.

Verificamos, a partir de nossa experiência acompanhando a supervisão de um trabalho com moradores de rua,¹² resultados significativos em termos de desenvolvimento de processos sociais, o que a um primeiro olhar parecia, pela carência de referências sociais, que poderiam ter maiores dificuldades de encontrar estímulo e motivação para organizar-se.

Sujeitos que apresentavam histórias que tinham em comum a vivência de sucessivas perdas – do emprego, da casa, da família – baixa auto-estima, atitudes de apatia frente a sua situação de vida, mas que, a partir do apoio social e estímulo a processos organizativos, iniciados por uma pesquisa e reforçados por acompanhamentos grupais, constituíram a “Comissão de Rua” para pensar um equipamento social que atendesse a suas necessidades e características; grupo representativo que, posteriormente, foi transformado no “Movimento de Moradores de Rua”, que passou a lutar por políticas públicas para atendimento deste segmento populacional, fazendo-se inclusive representar com delegados em Conferências Municipais de Assistência Social de Porto Alegre ou em Plenárias Temáticas do Orçamento Participativo.

¹⁰ Freire, apud RUIZ, Marta. *A influência do pensamento de Paulo Freire no Serviço Social*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: FSS-PUCRS, 1985.

¹¹ PALMA, Diego. *A prática política dos profissionais: o caso do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1986, p. 77.

¹² PRATES, Jane et al. Sujeitos de rua: a pesquisa como instrumento de desvendamento e intervenção na realidade social. In: BARRILI, H. et al. *A pesquisa em Serviço Social e nas áreas humano sociais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

Com um desenvolvimento que não é linear, mas que apresenta avanços e recuos, como em qualquer grupo organizativo, os representantes do Movimento de Moradores de Rua mostram que, apesar do profundo processo de exclusão social a que estão submetidos, são capazes de expressar a sua resistência, porque são homens, descobrindo-se como sujeitos.

A pesquisa, realizada nesta perspectiva, com clareza de finalidade, de seu caráter político, e do retorno que deve ser garantido aos entrevistados, é importante instrumento de intervenção social, logo compõe o conjunto de estratégias utilizadas pelo referencial materialista. E para a realização de uma pesquisa utilizamos diversos instrumentos e técnicas, entre os quais a entrevista, a observação, as técnicas coletivas, a dramatização, etc.; da mesma forma iluminados por nossa intencionalidade, preocupados não só com os resultados (coleta de dados, informações, produção do conhecimento), mas com o processo, como espaço para o estabelecimento de mediações, com o seu caráter pedagógico, reflexivo, transformador. E é importante destacarmos especialmente a pesquisa-ação, como a define Thiollent, exatamente pela ênfase e centralidade dada ao processo como espaço político-pedagógico.

Além da pesquisa, é interessante também pontuar a existência de outros espaços para a intervenção profissional do Serviço Social tais como a gestão, a supervisão institucional, a assessoria e o planejamento, onde da mesma forma nos valem de procedimentos e instrumentos para operacionalizar nosso trabalho. Destacaríamos, por exemplo, a importância de termos o conhecimento sobre ferramentas gerenciais tais como fluxogramas, organogramas, planilhas de custo, domínio sobre orçamento, elaboração de documentos institucionais diversos (estudos, programas, projetos, roteiros) avaliações de impacto, análises organizacionais, além de abordagens coletivas já mencionadas como reuniões, seminários, oficinas, assembléias.

No entanto, reiteramos que é a nossa intencionalidade que ilumina o uso destes instrumentais, pois a habilidade em manejar uma planilha de custos, por exemplo, pode servir tanto para manipular uma situação como para mediar o acesso ao público usuário, dando visibilidade acerca dos gastos públicos de uma instituição. Os instrumentos e técnicas são na verdade estratégias sobre as quais se faz a opção de acordo com o contexto e o conteúdo a ser mediado para se chegar a uma finalidade. Quanto maior nosso conhecimento teórico, mais ampla será nossa cadeia de mediações, maiores as nossas possibilidades de construí-las.

Não há dúvidas de que um projeto ético-político antecede e permeia as relações estabelecidas e, na verdade, é este eixo fundamentador que dá cor ao movimento e que o diferencia de outros modos de intervenção, seja qual for a opção estratégica utilizada na intervenção.

Segundo Martinelli,¹³ alguns princípios são fundamentais, dentro da perspectiva materialista, no que se refere à construção de mediações:

Princípio do reconhecimento do ser social: a forma como o homem produz sua vida material expressa sua inserção na rede de relações sociais, bem como o nível de sua consciência social.

Princípio da atividade: retrata seu mundo interior, a unidade de sua consciência.

¹³ Martinelli, 1993. Mimeo. Op. cit., s.p.

Princípio da sistematização: todo o fenômeno deve ser revelado na sua condicionalidade, portanto é preciso definir sua natureza, relações e base de seu surgimento.

Princípio da totalidade: todo o fenômeno é multidimensional e deve ser apreendido enquanto totalidade composta por determinantes políticos, econômicos, sociais, culturais e históricos.

Para finalizar, gostaríamos de propor uma reflexão sobre a categoria trabalho, central à obra marxiana e ao Serviço Social. Na verdade buscamos o tempo todo explicitar o que pode ser resumido como trabalho, na perspectiva marxiana, enquanto algo que é expressão e produção teleológica humana, enquanto algo que diferencia os homens dos animais, enquanto elemento central do ser e portanto da história humana. Antunes¹⁴ bem sintetiza a concepção marxiana de trabalho como:

[...] momento fundante de realização do ser social, condição para sua existência; é o ponto de partida para a humanização do ser social e o motor decisivo do processo de humanização do homem. Não foi outro o significado dado por Marx ao enfatizar que “como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza, e portanto vida humana”. Esta formulação permite entender o trabalho como “a única lei objetiva e ultra-universal do ser social, que é tão eterna quanto o próprio ser social, ou seja, trata-se também de uma lei histórica, a medida que nasce simultaneamente com o ser social, mas que permanece ativa apenas enquanto esse existir”.

Conhecemos o homem pelo seu trabalho, enquanto produção histórica. Intervimos como sujeitos coletivamente a partir do trabalho e sobre o trabalho humano, expresso na vida cotidiana. Não é surpresa que a partir do trabalho encontremos a grande contradição que compõe a realidade humana: o trabalho como elemento de crescimento e autoconstrução e ao mesmo tempo como elemento de alienação. Como também não é de se admirar que seja questionada a centralidade do trabalho, num mundo que privilegia o “individualismo massificado” e a mercantilização dos valores. Este é o fundamento da obra marxiana, o desvendamento da importância do trabalho para o homem, porque preocupada essencialmente com o homem; esta é a categoria-base da questão social, elemento indissociável da constituição da identidade do Serviço Social, porque também historicamente preocupado com o homem.

Mediar a categoria trabalho, contemplando o seu movimento, suas metamorfoses, suas contradições e seus nexos de articulação; utilizando, com habilidade conquistada e construída, *qualquer* técnica ou instrumento, desde que iluminada por referenciais teóricos e por um projeto ético-político, parece ser hoje uma questão fundamental que preocupa, instiga e desafia o Serviço Social.

¹⁴ ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995, p. 123.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- LEFEBVRE, Henry. *Sociologia de Marx*. Rio de Janeiro: Forense, 1966.
- MARTINELLI, Maria L. Um novo olhar sobre os instrumentais em Serviço Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 45, 1994.
- . *Notas sobre mediações*. São Paulo: PUCSP, 1993. (mimeo)
- . O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade, n. 1. 2. ed. São Paulo: PUCSP, 1994.
- MARX, K. *A ideologia alemã*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- . *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993. (Textos Filosóficos, 22)
- MARX, K. *O capital*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989, livro 1, v. 1.
- NETO, José Paulo. Palestra em vídeo: *Encontro Nacional de Assistentes Sociais*, CEFESS, nov. 1997.
- PALMA, Diego. *A prática política dos profissionais: o caso do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1986.
- PRATES, Jane Cruz. *Gestão estratégica de instituições sociais: o método marxiano como mediação do projeto político*. Dissertação de Mestrado. FSS-PUCRS, Porto Alegre, 1995.
- . Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do Assistente Social. Tese de Doutorado, Porto Alegre, PUCRS, 2003.
- et al. Sujeitos de rua: A pesquisa como instrumento de desvendamento e intervenção na realidade social. In: BARRILI, H. et al. *A pesquisa em Serviço Social e nas áreas humano sociais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- RUIZ, Marta. *A influência do pensamento de Paulo Freire no Serviço Social*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: FSS-PUCRS, 1985.